

# Um Orçamento “tax free”?

Lei do Orçamento  
do Estado para 2026

Janeiro 2026  
[pwc.pt/orcamentoeestado](https://pwc.pt/orcamentoeestado)



# Índice



## OE 2026 Análise da Lei

Este documento apresenta as medidas fiscais da Lei do Orçamento do Estado, com impacto na vida dos cidadãos e das empresas.

**Na dúvida, a PwC explica.**

---

|           |                             |    |
|-----------|-----------------------------|----|
| <b>01</b> | IRS                         | 3  |
| <b>02</b> | Benefícios Fiscais          | 5  |
| <b>03</b> | IRC                         | 7  |
| <b>04</b> | Impostos Indiretos          | 8  |
| <b>05</b> | Impostos sobre o Património | 10 |
| <b>06</b> | Outros                      | 11 |



**Clique** diretamente nos capítulos para ter acesso mais rápido aos conteúdos.



# IRS

## Taxas gerais

Atualização dos limites dos escalões das taxas progressivas de IRS em 3,51%, por aplicação do mecanismo automático previsto na legislação e redução das taxas do 2.º ao 5.º escalão em 0,3 p.p..

Assim, a tabela geral de taxas passa a ser a seguinte:

| Rendimento colectável (€) | Taxa   | Parcela a abater (€) |
|---------------------------|--------|----------------------|
| Até 8.342                 | 12,50% | 0,00                 |
| Mais de 8.342 até 12.587  | 15,70% | 266,94               |
| Mais de 12.587 até 17.838 | 21,20% | 959,26               |
| Mais de 17.838 até 23.089 | 24,10% | 1.476,45             |
| Mais de 23.089 até 29.397 | 31,10% | 3.092,77             |
| Mais de 29.397 até 43.090 | 34,90% | 4.209,94             |
| Mais de 43.090 até 46.566 | 43,10% | 7.743,27             |
| Mais de 46.566 até 86.634 | 44,60% | 8.441,48             |
| Mais de 86.634            | 48,00% | 11.387,17            |

## Mínimo de existência

O valor de referência do mínimo de existência é atualizado, por forma a acompanhar o aumento da retribuição mínima mensal garantida (RMMG).





## Compensações e subsídios auferidos por bombeiros voluntários

Alargamento da não sujeição a IRS a compensações e subsídios, referentes à atividade voluntária, postos à disposição dos bombeiros, pelas associações humanitárias de bombeiros, até ao limite máximo anual, por bombeiro, de seis vezes o Indexante de Apoios Sociais (IAS).

## Profissões de desgaste rápido – Deduções

Alargamento das deduções previstas para sujeitos passivos com profissões de desgaste rápido. São assim dedutíveis as importâncias despendidas na constituição de seguros de doença, de acidentes pessoais e de seguros de vida que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez, lesão desportiva, ou reforma ou complemento de reforma, por velhice, nos termos e com os limites previstos no artigo 27.º do Código do IRS.

## Dedução pela exigência de fatura

Passa a ser dedutível à coleta do IRS, pela exigência de fatura, um montante correspondente a 15% do IVA suportado por qualquer membro do agregado familiar, que conste de faturas relativas a:

- comércio a retalho de livros, em estabelecimentos especializados;
- atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias;
- exploração de salas de espetáculos e atividades conexas;
- atividades das bibliotecas e arquivos;
- atividades dos museus; e
- atividades dos sítios e monumentos históricos.





# Benefícios Fiscais

## **IRS e SS – Prémios de produtividade, de desempenho, participação nos lucros e gratificações de balanço, pagos voluntariamente e sem carácter regular**

É prorrogado o benefício relativo a prémios de produtividade, de desempenho, participação nos lucros e gratificações de balanço, pagos voluntariamente e sem carácter regular.

Este benefício prevê uma isenção em sede de IRS e uma exclusão de contribuições para a Segurança Social, até ao limite de 6% da retribuição base anual, das quantias pagas em 2026 aos trabalhadores ou membros de órgãos estatutários, a título de prémios de produtividade, desempenho, participações nos lucros e gratificações de balanço, desde que sejam pagos de forma voluntária e sem carácter regular.

Esta isenção só se aplica se a entidade patronal, no ano de 2026, tiver efetuado um aumento salarial elegível para efeitos do incentivo fiscal à valorização salarial.

Quando aplicável, deverá ser efetuada menção expressa ao cumprimento destas condições na declaração anual de rendimentos a entregar ao trabalhador pela entidade patronal.

A taxa de retenção a aplicar a estes montantes é a que corresponder à remuneração mensal do trabalho dependente do mês em que for efetuado o pagamento ou a colocação à disposição.

## **IRC – Incentivo fiscal à valorização salarial**

A taxa de referência para o cumprimento dos dois requisitos de aumento da retribuição base anual desce, de 4,7% para 4,6%.

## **Regime aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira**

O regime da Zona Franca da Madeira é estendido até 31 de dezembro de 2033.

02

## Prorrogação

É prorrogado até 31 de dezembro de 2026 o regime extraordinário de apoio e encargos suportados na produção agrícola.

Adicionalmente, tendo em vista a sua revisão no quadro de avaliação de benefícios fiscais a realizar no ano de 2026, são prorrogados, até 31 de dezembro de 2026, os seguintes benefícios fiscais previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais:

- deduções no âmbito de parcerias de títulos de impacto social (art. 19.º-A);
- empréstimos externos e rendas de locação de equipamentos importados (art. 28.º);
- serviços financeiros de entidades públicas (art. 29.º);
- *swaps* e empréstimos de instituições financeiras não residentes (art. 30.º);
- depósitos de instituições de crédito não residentes (art. 31.º);
- operações de reporte com instituições financeiras não residentes (art. 32.º-C);
- entidades gestoras de denominações de origem e indicações geográficas (art. 52.º);
- entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos (art. 53.º);
- coletividades desportivas, de cultura e recreio (art. 54.º);
- associações e confederações (art. 55.º);
- baldios (art. 59.º);
- incentivos fiscais à atividade silvícola (art. 59.º-D);
- entidades de gestão florestal e unidades de gestão florestal (art. 59.º-G);
- dedução para efeitos da determinação do lucro tributável das empresas (art. 62.º);
- deduções à colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (art. 63.º);
- IVA - Transmissões de bens e prestações de serviços a título gratuito (art. 64.º).



# IRC

## Tributações autónomas

Passam a incluir-se na categoria de viaturas ligeiras de passageiros híbridas *plug-in* (as quais são sujeitas às taxas de tributação autónoma de 2,5%, 7,5% e 15%), as viaturas homologadas de acordo com a norma de emissões “Euro 6e-bis” com emissões oficiais inferiores a 80 gCO<sub>2</sub>/km.

A taxa agravada em 10 p.p. não é aplicável, no período de tributação de 2026, quando:

- o sujeito passivo tenha obtido lucro tributável em um dos três períodos de tributação anteriores e tenha cumprido atempadamente as obrigações declarativas relativas à entrega da Modelo 22 e IES, relativas aos dois períodos de tributação anteriores; ou
- o período de tributação de 2026 corresponda ao período de tributação de início de atividade ou a um dos dois períodos seguintes.

## Despesas adicionais com a prestação de trabalho em regime de teletrabalho

Os gastos suportados com compensações devidas ao trabalhador pelas despesas adicionais com a prestação de trabalho em regime de teletrabalho são considerados em 110% do seu valor, quando considerados realizações de utilidade social.





# Impostos Indiretos

## IVA

### Taxa reduzida

---

Passam a beneficiar da taxa reduzida de IVA:

- as operações de transformação de azeitona em azeite;
- as espécies cinegéticas de caça maior e menor;
- as transmissões de objetos de arte por revendedores registados, ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Bens em Segunda Mão, Objetos de Arte, de Coleção e Antiguidades.

### Isenções

---

É alargado o âmbito da isenção de IVA aplicável às transmissões de triciclos, cadeiras de rodas (com ou sem motor) e automóveis ligeiros de passageiros ou mistos para uso de pessoas com deficiência, passando a abranger também:

- pessoas coletivas de utilidade pública;
- associações e federações desportivas sem fins lucrativos;

- instituições particulares de solidariedade social;
- cooperativas;
- associações de e para pessoas com deficiência.

São prorrogadas até 31 de dezembro de 2026 as isenções aplicáveis à transmissão de:

- adubos, fertilizantes, corretivos de solos e outros produtos para alimentação de gado, aves e outros animais utilizados em atividades agrícolas;
- produtos secos ou húmidos destinados à alimentação de animais de companhia acolhidos por associações de proteção animal;
- alimentação para animais de companhia adquirida por associações zoófilas.

04

## IEC

### Imposto sobre as bebidas alcoólicas e bebidas não alcoólicas adicionadas de açúcar (IABA)

---

É prorrogada até 31 de dezembro de 2026 a redução da taxa de IABA (aplicando apenas 25% do imposto) a licores e «crème de», às aguardentes destiladas e aguardente de frutos (em determinadas categorias e com certas características), desde que sejam fabricados exclusivamente a partir dos frutos do medronheiro e produzidos e destilados nos concelhos já previstos na legislação em vigor.

### Imposto sobre o tabaco

---

As “bolsas de nicotina” passam a ser tributadas em sede de imposto sobre o tabaco, à taxa de 0,065 €/g.

### Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos

---

São atualizados os limites mínimos e máximos das taxas unitárias de ISP a aplicar na Região Autónoma dos Açores, com descidas para produtos como gasolina e gasóleo.

O nível de tributação do gás natural, utilizado no Continente para produção de eletricidade, cogeração ou gás de cidade, a título principal, mantém-se nos 50% de taxa de ISP e 50% da taxa de adicionamento sobre as emissões de CO<sub>2</sub>.

Mantém-se o benefício de tributação reduzida no gasóleo colorido e marcado para os veículos utilizados por equipas de sapadores florestais integradas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Mantém-se o benefício aplicável aos pequenos pescadores artesanais e costeiros, aos pequenos aquicultores e às empresas de extração de sal marinho, na forma dos subsídios sobre o número de litros de gasolina, consumida na respetiva atividade, equivalente ao que resulta da redução de taxa aplicável ao gasóleo consumido na pesca, e sobre o gás de petróleo liquefeito (GPL), consumido na respetiva atividade, equivalente ao que resulta da redução da taxa aplicável ao gasóleo consumido na pesca.

## IUC

### Imposto Único de Circulação

---

Mantém-se em vigor o adicional ao IUC.

## ISV

### Imposto sobre Veículos

---

Deixam de ser tributados no regime normal e passam a estar tributados a uma taxa intermédia de 25% os automóveis ligeiros de passageiros equipados com motores híbridos *plug-in*, cuja bateria possa ser carregada através de ligação à rede elétrica e que tenham uma autonomia mínima, no modo elétrico, de 50 km, quanto tenham emissões oficiais inferiores a 80 gCO<sub>2</sub>/km se homologados de acordo com a norma de emissões “Euro 6e-bis”.

# Impostos sobre o Património

## IMT

### **Determinação da taxa de IMT no caso da transmissão de prédios urbanos habitacionais**

---

Os escalões para a determinação da taxa de IMT aplicável à transmissão de prédios urbanos, ou de frações autónomas de prédios urbanos, destinados exclusivamente a habitação, são atualizados em 2%.

Em virtude desta alteração, no caso de aquisição de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, só é devido IMT se o valor sobre o qual incide o imposto for superior a 106.346 € (anteriormente 104.261 €).

No caso da primeira aquisição de habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos, só é devido IMT se o valor sobre o qual incide o imposto for superior a 330.539 € (anteriormente 324.058 €).

### **Isenção de IMT, Imposto do Selo e emolumentos no caso da transmissão de prédios rústicos**

---

Ficam isentas de IMT e Imposto do Selo as transmissões de prédios rústicos contíguos ou confinantes, independentemente da afetação económica, quando destinadas a operações de emparcelamento.

Esta isenção está sujeita a reconhecimento prévio à transmissão, mediante requerimento dos interessados, a apresentar junto dos serviços competentes para a decisão.

Está igualmente prevista a isenção de emolumentos relativamente a todos os atos e contratos necessários à realização das referidas operações de emparcelamento, bem como o registo de todos os direitos e ónus incidentes sobre os novos prédios rústicos daí resultantes.



# Outros

## Contribuições

### **Contribuição para o audiovisual**

---

Os valores mensais da contribuição não são atualizados.

### **Contribuição sobre o setor bancário**

---

Mantém-se em vigor.

### **Adicional de solidariedade sobre o setor bancário**

---

É revogado, no seguimento de recente decisão do Tribunal Constitucional.

### **Contribuição sobre a indústria farmacêutica**

---

Mantém-se em vigor.

### **Contribuição extraordinária sobre os fornecedores da indústria de dispositivos médicos do Serviço Nacional de Saúde**

---

Mantém-se em vigor.

### **Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)**

---

As concessionárias das atividades de transporte, de distribuição ou de armazenamento subterrâneo de gás natural deixam de estar sujeitas a esta contribuição, ajustando este regime às recentes decisões do Tribunal Constitucional.

Também os ativos afetos à exploração de rede de transporte e distribuição de energia elétrica, adquiridos a partir de janeiro de 2026, em estado de novo, construídos ou na parte em que sejam ampliados, deixam de integrar a base de incidência da CESE.

## Obrigações acessórias

### Valorização de inventários

---

Ficam dispensados desta obrigação:

- todos os sujeitos passivos, relativamente ao período de tributação com início em ou após 1 de janeiro de 2025.
- os sujeitos passivos que não estejam obrigados a inventário permanente, relativamente ao período de tributação com início em ou após 1 de janeiro de 2026.



### Faturas em PDF

---

Até 31 de dezembro de 2026 são aceites faturas em ficheiro PDF, sendo consideradas como faturas eletrónicas para todos os efeitos previstos na legislação fiscal.

### Ficheiro SAF-T (PT) da contabilidade

---

A obrigação de submissão do ficheiro é aplicável aos períodos de 2027 e seguintes, a entregar em 2028 ou em períodos seguintes.





## Contactos

### Lisboa

Palácio Sottomayor  
Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 16  
1050-121 Lisboa

Tel.: (+351) 213 599 000

### Coimbra

Edifício Arnado  
Rua João de Ruão, n.º 12, pisos 2 e 9  
3000-229 Coimbra, Portugal

Tel: (+351) 213 599 000

### Porto

Porto Office Park  
Avenida de Sidónio Pais, 153  
4100-467 Porto

Tel.: (+351) 225 433 000

### Funchal

Galerias São Lourenço  
Calçada São Lourenço, n.º 3 - 2.º D  
9000-061 Funchal

Tel: (+351) 213 599 000



**pwc.pt/orcamentoeestado**

Esta comunicação é de natureza geral e meramente informativa, não se destinando a qualquer entidade ou situação particular, e não substitui aconselhamento profissional adequado ao caso concreto. A PwC não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo emergente de decisão tomada com base na informação aqui descrita.

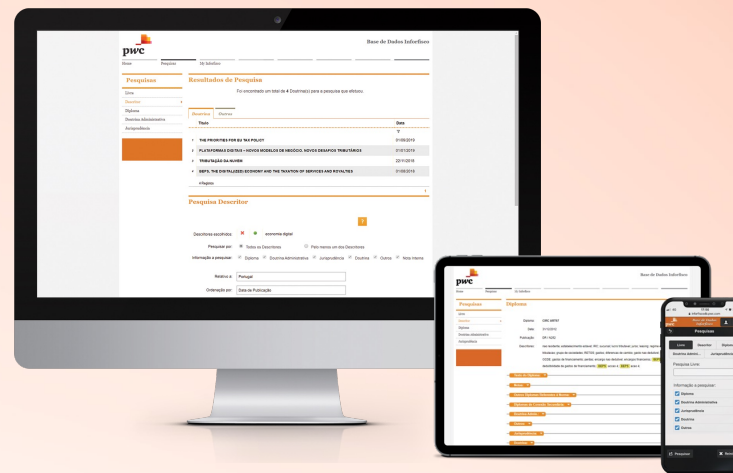
© 2026 PricewaterhouseCoopers Tax Services TLS, Lda. Todos os direitos reservados. PwC refere-se à PwC Portugal, constituída por várias entidades legais, ou à rede PwC. Cada firma membro é uma entidade legal autónoma e independente. Para mais informações consulte [www.pwc.com/structure](http://www.pwc.com/structure).



## Inforfisco

### A sua base de dados de fiscalidade

Portugal . Angola . Cabo Verde . Moçambique



Conheça a base de dados de referência no domínio  
da fiscalidade em Portugal

**pwc.pt/inforfisco**